

# **ESTABELECIMENTOS DE INSTRUÇÃO: DESVELANDO ASPECTOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA CIDADE DE PELOTAS-RS POR MEIO DA PROPAGANDA INSTITUCIONAL (1875-1910)**

**Helena de Araujo Neves**  
Mestranda da FaE/UFPel – RS  
**Giana Lange do Amaral**  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. da FaE/UFPel – RS

## **2. História da profissão docente e das instituições escolares**

### **Introdução**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que está em andamento junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, linha de História da Educação, intitulada: “A alma do negócio: aspectos da educação em Pelotas investigados por meio da propaganda institucional”. Seu objetivo é investigar as características do ensino oferecido na cidade de Pelotas – durante a segunda metade do século XIX, e início do século XX. Para tanto está sendo realizada uma investigação qualitativa, que possui uma abordagem sócio-histórica, envolvendo como procedimento técnico a pesquisa documental – cujas principais fontes consultadas são anúncios publicitários de instituições de ensino pelotenses.

O presente artigo tem por propósito apresentar algumas características do cotidiano escolar das instituições de ensino, com caráter público ou privado, que se dedicaram à educação pelotense durante o Império e a República Velha. Para isso, divulgará o conteúdo de algumas propagandas, ilustrando as características e os serviços oferecidos por instituições de ensino na cidade de Pelotas. O recorte temporal estabelecido para a pesquisa compreende o período entre os anos 1875 e 1910. Essa determinação foi realizada levando em consideração dois fatores: o primeiro, e provavelmente o mais importante, é o fato de que a propaganda torna-se, nesse período, uma das únicas fontes existentes que contém informações sobre escolas que tiveram uma duração efêmera – algumas delas constituídas por um único professor – ou que não existem mais nos dias atuais. O segundo fator está relacionado à possibilidade de acesso ao acervo de jornais existentes na Bibliotheca Pública Pelotense. São disponibilizados para consulta jornais com publicações a partir do ano de 1875, por isso essa data de início. Já o ano de 1910 está ligado ao fato de que, a partir da década seguinte, surgiram escolas públicas municipais e estaduais, e escolas particulares que, ao que tudo indica, configuram um diferente perfil educacional para a cidade de Pelotas. Na pesquisa que vem sendo realizada foram investigadas, até o

momento, 9903 unidades de jornais, tendo sido catalogados 282<sup>1</sup> anúncios de instituições de ensino pelotenses – todos eles inéditos. O ineditismo refere-se ao fato de que não estão sendo computados os anúncios que aparecem mais de uma vez em um mesmo jornal, ou anúncios repetidos em diferentes publicações. Dentre os jornais pesquisados encontram-se os seguintes títulos: *Jornal do Comércio*, *Correio Mercantil*, *A Discussão*, *A Nação*, *Nacional*, *Onze de Junho*, *Opinião Pública*, *Rio Grandense*, *Diário de Pelotas*, e o *Diário Popular*. Além desses, foram investigados também os *Relatórios da Intendência* dos anos de 1904, 1906, 1909, 1910 e 1912, *Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul* dos anos de 1893, 1894, 1889, 1900, 1901, 1902, 1903 e 1909, e *Relatórios de entrega da administração da Província do Rio Grande do sul* de 1849, 1868, 1881, 1882 e 1887.

As reflexões acerca das tendências teórico-metodológicas em História da Educação e sobre a História das Instituições de Ensino têm como referência: Buffa e Nosella (1998), Le Goff (1992), Chartier (1990), Werle (1993, 2002), Magalhães (1996, 2000), Cury (2005), Amaral (2005), Tambara (2000), Azevedo (1964), Julia (2001), Vechia (2004), entre outros. Com relação aos estudos referentes à fonte privilegiada para a realização da pesquisa – a propaganda – destacam-se as investigações de Martins (1997) e Kotler (1994) que auxiliam na ampliação de um referencial mais diversificado, em busca de uma imersão profunda nas fontes selecionadas.

### **Estabelecimentos de Instrução<sup>2</sup>: aspectos do cotidiano escolar em Pelotas**

Nas três primeiras décadas do século XIX, Pelotas transforma-se de incipiente povoação em próspera cidade, assumindo uma posição de centro econômico da região. Nesse período sua economia estava centrada nas estâncias e nas charqueadas. A pujança vivida na cidade foi consolidada ao se tornar um centro industrial e comercial charqueador mais importante de toda a Província. A riqueza que circulava em Pelotas proporcionou uma vida social e cultural intensa e, os costumes, os comportamentos, o lazer, as artes, e as atividades intelectuais – de um modo geral – foram inspirados principalmente no município da Corte (Rio de Janeiro) e nos países da Europa. O cenário em que esta pesquisa se concentra, anos de 1875 a 1910, foi um momento de ascensão e declínio das charqueadas, em que a oferta de serviços urbanos aumenta – com a diversificação de

---

<sup>1</sup> O número de anúncios catalogados supera o número de instituições encontradas (77), até o presente momento da pesquisa. Isso porque algumas instituições publicavam mais de um modelo de anúncio.

<sup>2</sup> Forma encontrada nos anúncios ao se referir a este tipo de serviço.

atividades econômicas voltadas para o comércio e para o serviço. Por sua vez, esse alargamento das atividades econômicas gera uma necessidade de especialização da mão-de-obra existente. Acredita-se que, neste momento, a educação torna-se fundamental para o desenvolvimento de tais atividades e, conseqüentemente, para a cidade.

Com relação aos primórdios da escolarização em Pelotas sabe-se que no ano de 1832 existiam cinco aulas particulares em funcionamento, freqüentadas por 244 alunos, sendo 35 do sexo feminino (MAGALHÃES, 1993, p.225). O fato de Pelotas ser referenciada como importante centro educacional da Província, conforme Reverbel (1981, p.35), contava-se desde 1832, quando foram fundados os primeiros colégios particulares de projeção, que começaram a ser freqüentados por estudantes oriundos de quase todos os rincões gaúchos. Durante a segunda metade do século XIX, a cidade abrigou um número expressivo de instituições de ensino particulares. Eram conceituadas escolas de ensino primário e, mesmo, de humanidades que nada ficavam a dever às da capital rio-grandense na mesma época (REVERBEL, 1981, p.35). Com base nos dados apresentados por Magalhães (1993), sobre a escolarização entre 1847 e 1891, percebe-se que houve um aumento da oferta de instrução – o crescimento foi triplicado. Em 1847 havia 11 escolas em Pelotas, públicas e particulares, em 1861 passam a existir 14 escolas; em 1873, 28 escolas, já em 1891, ela contava com o total de 46. Durante esses trinta anos, as escolas particulares, que possuíam em seus quadros professores estrangeiros, especialmente franceses ou de origem francesa, e portugueses ou descendentes de portugueses, proliferavam-se no cenário educacional pelotense.

Durante a República Velha (1889-1930) predominava uma política de incentivo à iniciativa privada, e ao municipalismo, sem um real comprometimento do estado com o desenvolvimento das atividades econômicas, representando ele um papel de supervisor dessas atividades mais do que propriamente seu propulsor. Com relação ao ensino secundário em Pelotas, assim como no resto do país, este era normalmente caracterizado por aulas avulsas, que preparavam os alunos para prestarem os exames de acesso ao ensino superior. Esse nível de ensino estava concentrado nas mãos da iniciativa privada. “Neste período muitas alterações foram feitas nesta estrutura. Mas, fundamentalmente, o sistema possuía como diretriz principal o currículo, matérias e conteúdos do Colégio Dom Pedro II” (TAMBARA, 2000, p.75). Por meio dos anúncios institucionais foram arroladas, no período estudado, 34 instituições que chegaram a oferecer o ensino secundário na cidade. Dessas, 3 dedicavam-se integralmente a essa modalidade de ensino. Foram encontrados ainda, por meio das propagandas, um total de 74 instituições privadas. É importante

salientar que, ao longo dos trinta e cinco anos em que esta pesquisa se concentra, instituições abriram e fecharam na cidade de Pelotas. Esses números, levantados por meio dos anúncios não representam, portanto, a existência de instituições funcionando concomitantemente. Ainda com relação à iniciativa privada, no relatório de 1912 encontra-se um mapa escolar das aulas particulares – que perfazem um total de 83 escolas particulares com 3.391 alunos – sendo que desses, 2.256 faziam parte do sexo masculino e 1.135 do feminino. Nesse contexto percebe-se, tanto pelo conteúdo dos anúncios, como através dos relatórios, que foram muitas as iniciativas do ensino privado na cidade durante o período estudado. Ao analisar o conteúdo dos anúncios com relação às “condições de admissão”, percebe-se as relações comerciais que essas instituições mantinham com a população, como verificado nesta propaganda<sup>3</sup>:

[...] Os internos pagarão mais 20\$000 de jóia para o uso de cama e suas pertencas excepto roupa. Deverão trazer um facto e chapéu preto. Pagarão mais 3\$000 por anno para papel, tinta e pennas. Botica, medico, roupa lavada, 15\$000 por trimestre. O alumno que se retirar sem prévia participação, e deixar passar três mezes, perderá o que tiver deixado no collegio [...] N. B. Decididamente não se recebe alumno algum sem que seja pago por trimestre adiantado (Jornal Correio Mercantil de 3/01/1876, anúncio do Collégio Reis).

Este anúncio apresenta uma prática exercida por muitas das instituições encontradas: a cobrança do trimestre adiantado. Isso pode apontar para o fato de que neste período havia inadimplência na cidade, ou mesmo desistência, sendo assim o colégio estaria se prevenindo economicamente. Outro aspecto relevante de ser apontado nos anúncios é com relação à publicação dos valores cobrados pelas instituições de ensino. Essa é uma prática muito particular do período que está sendo analisado, que praticamente não se mantém até o fim da Republica Velha. O fato de a instituição tornar público os valores cobrados pelo ensino, além de possibilitar fazer a relação de custo do ensino no período, também permite verificar as diferenças de preços entre as instituições. Torna público ainda que, na maioria das vezes, os valores se equiparavam – provavelmente porque ofereciam a mesma quantidade de disciplinas, professores, condições higiênicas, ou mesmo pela concorrência que era travada entre as instituições.

É interessante observar também algumas estratégias exercidas pelas instituições no intuito de cooptar novos alunos o que, em uma primeira análise, pode ilustrar como o estudo era oneroso para grande parte da população – já que as próprias escolas tomavam algumas atitudes para tornar seus preços mais atrativos para seus alunos, como observado a seguir:

---

<sup>3</sup> Os conteúdos dos anúncios, apresentados ao longo deste artigo, serão mantidos com a grafia original.

[...] desde que as aulas sejam freqüentadas por numero superior ou igual a 40 alumnos, se fará um abatimento em suas mensalidades (Jornal Correio Mercantil de 11/1/1877, anúncio da Escola Nocturna Pelotense).

Com base no conteúdo das propagandas, e por meio de pesquisas sobre o ensino em Pelotas, verifica-se que o ensino privado era uma realidade para a cidade, em que as relações econômicas eram bem definidas e, ao mesmo tempo, se tornava, em alguns momentos, uma das únicas formas encontradas por parte da população de acesso à instrução. As instituições, por sua vez, estavam sob o julgo da legislação e iam se constituindo, com o passar dos anos, buscando melhorar seu quadro de professores – assim como a sua estrutura física e pedagógica. Observa-se também um comprometimento dessas em manter o nome da cidade como um centro de educação e cultura no estado – um sentimento que era freqüentemente divulgado.

Com relação à localização das instituições essas se achavam, em sua maioria, na zona central nas principais ruas da cidade, que aos poucos melhoravam suas condições de saneamento e urbanidade como verificado neste anúncio:

#### ESCOLA MODERNA

Previno as familias de meus alumnos e demais pessoas interessadas que, obedecendo a rigorosas exigências hygienicas, mudei minha residencia para a rua Dr. Miguel Barcelos, n.5, onde 15 aulas começarão a funcionar segunda-feira, 7 do corrente. Hermenegildo Bicker (Jornal Diário Popular de 3/3/1898).

Em Pelotas o pensamento higienista foi difundido a partir das discussões sobre o saneamento da cidade, debate que ganha força justamente na transição do final do século XIX e início do século XX. Como em outras cidades do Brasil, o progresso e o crescimento urbano acelerado resultaram em obras de saneamento como afirma Soares (2001). “O triunfo dos postulados positivistas de ordem e progresso com a proclamação da república foi o sinal da abertura definitiva do caminho para a penetração social das idéias higienistas”.

Uma realidade nacional, que também ocorria em nível local, refere-se ao ensino privado, realizado nas casas dos alunos – ou mesmo na casa do professor – ao se contratar um tutor para se responsabilizar pelo ensino das crianças e jovens. O que se observa é que em Pelotas essa era uma oferta vasta, que não se extingue com a abertura de instituições de ensino, mas que coexiste com essas até meados do século XX. Além disso, entende-se que esta se apresentava como outro tipo de serviço educacional, que possuía características próprias, como verificado nesses anúncios:

#### PRIMEIRAS LETRAS

Florinda Maria da Costa professora normalista offerece-se para ensinar meninos e meninas, em suas casas, ou em casa de sua residência rua do General Victorino n.60 a 3,000 por mez. Fora de sua casa pelo que se convencionar (Jornal Onze de Junho de 29/1/1883).

#### PROFESSORA

Mme. Jeanne Chagneaud, professora diplomada pela academia de Boudeaux e pelo conselho de educação nacional de Buenos Aires, tendo prestado serviços á escola normal da capital Argentina, propõe-se a leccionar ás jovens pelotenses os idiomas italiano, francez e hespanhol, bem como ensinar toda a sorte de trabalhos manuaes próprios de senhoras. As licções serão dadas em sua residência á rua S. José n. 44 ou nas casas das discípulas. Encarrega-se também da educação completa de meninas (Jornal Correio Mercantil 15/1/1894).

O ensino privado, como mencionado anteriormente, era livre no Rio Grande do Sul. Segundo Schneider (1993, p.283), essa liberdade de ensino acabava trazendo efeitos negativos no que se refere à oferta do ensino público. Aliás, no Brasil em geral, havia o incentivo do Estado para a proliferação do ensino particular, tanto no período colonial como durante o Império. Com o Ato Adicional de 1834 as províncias adquirem o direito de legislar sobre a instrução pública primária e secundária, enquanto que o ensino superior ficava a cargo do governo central. Isso significou um mecanismo de reforço ao sistema de formação de quadros, pois o governo central, agora oficialmente, cuidava do ensino superior. Enquanto isso, as províncias amargavam as dificuldades de dar conta da instrução primária e secundária com seus poucos recursos. Ao se investigar o ensino público no Rio Grande do Sul percebe-se que a década de 1870, período inicialmente mencionado nesta pesquisa, caracterizava-se pela busca de aperfeiçoamento do magistério provincial, e pela necessidade de superar a falta de instrução de mais de dois terços da mocidade Rio-Grandense. (SCHNEIDER, 1993, p.283). O ensino elementar obrigatório, embora reconhecido por lei, como anteriormente abordado, não havia sido colocado em prática. Um dos fatores para que isso ocorresse, segundo a autora, além da escassez de recursos, estava relacionado ao descaso e a omissão quanto aos assuntos da educação pública; à necessidade de dividir a tarefa com a sociedade; e à falta de preparo dos professores.

Com relação ao ensino público em Pelotas, embora não haja registros, acredita-se que em 1820 funcionava uma escola de instrução elementar pública na cidade. No Relatório da Intendência de Pelotas do ano de 1902 há um mapa – demonstrativo das aulas públicas e particulares no período compreendido entre os anos de 1834 a 1850 – que registra uma aula pública de ensino noturno contendo 96 meninos, e uma aula pública para meninas freqüentada por 22 alunas. Antes de 1860 já existiam então, em Pelotas, as primeiras escolas de instrução pública, mas “todas elas – as aulas públicas e as particulares – foram fechadas durante a Revolução Farroupilha, sendo reaberta a escola pública apenas em 1845” (MAGALHÃES, 1993, p.226). Por meio das propagandas encontrou-se, até este momento da investigação, apenas 3 instituições de caráter público. Em contrapartida, ao se analisar o Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública do ano de 1901, sobre o ensino público em Pelotas no ano de 1900, verifica-se um total de 27 escolas, sendo 16 do sexo

masculino, 9 do sexo feminino e 12 mistas – que abrigavam uma população escolar de 1.833 alunos. Já no Relatório do Inspetor Geral da Instrução de 1903, sobre o ano de 1902, esse número cresce: Pelotas passa a ter 37 escolas. Diante desses números percebe-se que o ensino público, apesar de existir, não anunciava como a iniciativa privada – provavelmente pelos custos dessa publicação, além do que, acredita-se que esse não era um serviço que necessariamente precisava de apelos de venda para convencer seus possíveis consumidores. Já no Relatório da Intendência do ano de 1910 é registrada a estatística escolar em que aparecem 3 aulas noturnas municipais com 132 alunos homens, e 44 aulas estaduais com um total de 828 meninos e 1007 meninas. O que se verifica é que com uma diferença de oito anos duas aulas são criadas, ocasionando o aumento da quantidade de alunos em 36 unidades. Outro fator relevante a ser observado é a oferta de ensino estadual, em que as crianças se encontravam em maior número.

Durante o período em que esta pesquisa se concentra (1875-1910), o que se tem observado é a predominância de instituições de caráter privado que mantinham escolas com ensino misto, ou separadamente para meninos e para meninas, cursos preparatórios para os exames, aulas avulsas oferecidas por professores particulares – que ministravam seus conteúdos em suas próprias residências, ou na casa de seus alunos. O ensino privado continua a existir, mas a partir de 1910 percebe-se que aumenta o número de escolas públicas municipais e estaduais. A relevância desse aspecto também é abordada nos estudos de Huch e Tambara (2005, p.68), quando apresentam que o investimento feito pela iniciativa privada no setor educacional estava associado à ineficiência do poder público em atender esta demanda. Segundo os pesquisadores, esta assertiva é comprovada pelo fato de que a partir de meados da década de 1910 começa a diminuir a intensidade do investimento privado devido principalmente a política de nacionalização do ensino, e a conseqüente expansão da rede pública de ensino. Até este momento da pesquisa, o que se encontrou, por meio dos anúncios, foram algumas iniciativas de ensino gratuito na cidade de Pelotas, realizadas, por exemplo, pela Bibliotheca Pública Pelotense:

#### BIBLIOTECA PUBLICA PELOTENSE

##### Curso Noturno

De ordem do Sr. Dr. Presidente levo ao conhecimento de quem possa interessar, que acha-se aberta, na secretaria d'esta instituição, todos os dias úteis, de 6 às 8 horas da noite, a matrícula para o curso de noções de mathematica applicadas a industria e commercio e noções de physica e chimica que será installado no dia 1º de abril próximo. A matrícula que é gratuita, encerrar-se-á definitivamente no dia 31 do corrente, sendo o curso gentilmente dirigido pelo sr. Professor Octavio Augusto de Faria. Pelotas, 16 de março de 1907, Francisco Cunha Ramos – 1º secretário (Jornal Diário Popular de 22/3/1907).

A criação, em 1875, da Bibliotheca Pública Pelotense foi um fator importante para o desenvolvimento educacional pelotense. Conforme Peres (1995, p.184), a Biblioteca Pública foi resultado do momento cultural e econômico vivido pela cidade, associado “à disponibilidade e ao interesse da elite em fazer de Pelotas um dos maiores e mais importantes centros culturais do Rio Grande do Sul”. Para Loner (2001, p.73) a educação e a possibilidade das aulas noturnas, incluindo as da Biblioteca Pública, não eram apenas “arma de disciplinamento do trabalhador para a elite, mas era vista, pelos operários, como uma arma para a sua libertação social, pois somente através do estudo poderiam vislumbrar a mudança de sua situação”. Como as aulas públicas eram diurnas, e diminutas, tornava-se pouco provável que os trabalhadores pudessem freqüentá-las. Com isso, entidades e associações mantiveram aulas públicas noturnas, gratuitas, que atendiam a demanda operária bem como seus filhos: “a mais antiga e que se manteve por mais tempo foi da Biblioteca Pública, atuando desde 1877, com um curso noturno, em que muitos trabalhadores se alfabetizaram, inclusive ex-escravos” (LONER, 2001, p. 74).

Outra forma de oferta gratuita de ensino é encontrada por meio das propagandas de algumas instituições, em que a escola oferece vagas para “alunos pobres”, uma expressão usada pelas instituições, e pela própria legislação.

#### Alumnos Pobres

O Collegio dá instrução gratuita até aos praparatórios, á 10 alumnos pobres, os quaes já freqüentam as differentes aulas. As aulas deste estabelecimento estão funcionando desde o dia 7 de janeiro corrente (Jornal Onze de Junho de 9/1/1884, anúncio do Collegio Sul-Americano).

No artigo 10, do Ato de 22 de fevereiro de 1876, semelhante ao artigo 11 do Regulamento de 5 de abril de 1869 e ao artigo 10 do Regulamento de 1857, verifica-se que essa oferta de vagas, para alunos que não tinham condições de arcar com os custos do ensino privado, estava prevista em lei:

quando em uma paróquia ou distrito por sua pequena população, falta de recursos ou qualquer outra circunstância, não se reunir número suficiente de alunos que justifique a criação da escola, ou sua continuação, e houver no lugar escola particular, poderá o Diretor Geral, com a aprovação do Presidente da Província, contratar com o professor dessa escola a admissão de *alunos pobres* mediante uma gratificação de 2\$000 réis por cada um até o número de vinte, e a de 50\$000 réis mensais desse número para cima. (SCHNEIDER, 1993, p.282).

No caso específico desta instituição, assim como em outras quatro encontradas na pesquisa que oferecem vagas para alunos carentes, não foi possível detectar se estavam cumprindo a lei, ou se ofereciam vagas como política da instituição – já que a filantropia era retribuída com um status social positivo.

[...] Attendendo á proteção expontanea e sempre crescente que nos tem sido dispensada, continuaremos, como o fizemos durante o anno findo, a dar instrução gratuita aos alumnos (no máximo até 20) estudiosos e de bom comportamento, cujos paes não possam satisfazer as contribuições. Também fornecemos gratuitamente os livros necessários aos alumnos que, nessas

condições não poderem por falta absoluta de meios, fazer aquisição dos mesmos [...] (Jornal Correio Mercantil de 6/1/1894, anúncio do Atheneu Pelotense).

Ao longo da pesquisa, além de observar vagas destinadas pelo ensino privado aos alunos carentes, encontrou-se uma instituição pública – criada no ano de 1886, denominada Escola Popular – anunciando vagas para meninos nos jornais locais, como ilustra este anúncio:

#### ESCOLA POPULAR PRINCIPE DO GRÃO-PARÁ

Reabriu-se hoje esta escola, fundada no Parque Pelotense, sob a mesma direcção e fiscalização. É superfluo recommendar aos pais de família este estabelecimento de instrução gratuita, porque ninguém ignora os proveitos que se auferem da instrução. A *Escola Popular*, collocada actualmente sob as vistas protectoras dos poderes públicos, visto a concessão que lhe fez a direcção fiscal da instrução pública, na província, acha-se habilitada a fornecer aos alumnos pobres os compêndios necessários ao ensino (Jornal Diário de Pelotas de 11/1/1887).

Diante do todo exposto, percebe-se que o período selecionado para esta pesquisa se caracteriza por ter uma forte concentração de oferta de ensino privado, em que começa a existir uma oferta de ensino gratuito mais sistematizada, que caminha em direcção a uma alteração no perfil educacional pelotense: que aos poucos vai se municipalizando e estadualizando, aumentando a oferta do ensino público no município.

### **Considerações Finais**

Durante o período em que esta pesquisa se concentra, constata-se que a propaganda foi uma ferramenta utilizada muito mais pela iniciativa privada do que pela pública. Por outro lado, mesmo que os relatórios contenham dados mais específicos sobre o ensino público, a propaganda é que tem possibilitado encontrar dados do dia-dia de uma instituição, algo que os relatórios não têm permitido. Além disso, o ensino privado não mantinha com o governo uma declaração fiel e sistemática de seus quadros. Por isso, tem-se optado por reunir essas duas fontes – já que elas se complementam, principalmente no que se refere a informações sobre o ensino público na cidade de Pelotas. Com relação ao ensino público, até esta fase da pesquisa, não foi possível aprofundar os conhecimentos sobre o cotidiano escolar dessas instituições, tanto por meio dos anúncios como também dos relatórios – já que este tipo de ensino encontrava-se em menor quantidade, além de não anunciar como a iniciativa privada. Em contrapartida, a partir do contato com as fontes, e por meio de modelos teóricos, foi constatado que os anúncios impressos eram um meio de divulgação no qual as instituições de ensino, especialmente as privadas, apresentavam à comunidade pelotense os serviços que ofereciam. Nesta pesquisa os anúncios fazem emergir, portanto, aspectos sobre as instituições e sobre a própria educação na cidade de Pelotas, tais como: a existência de ensino para meninas e para meninos separadamente, além de misto; a oferta de ensino primário e secundário, interno, semi-interno e externo,

privado ou gratuito; a ocorrência de aulas particulares; os valores cobrados pelo ensino; o corpo docente; os diretores, entre outros aspectos abordados neste artigo.

Por meio da exposição das características desses serviços foi possível encontrar dados sobre o cotidiano de como essas escolas se organizavam. Os anúncios ilustravam, portanto, como essas eram constituídas ao detalhar, por exemplo, seu calendário escolar, seu corpo docente, suas condições de admissão, as disciplinas de que dispunham, além de sua estrutura física e moral. Verifica-se também que os discursos das instituições estavam ligados às suas origens, aos seus princípios, e à suas percepções sobre o mercado e sobre o serviço que ofereciam: a educação.

### Referências

- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (org). **História e Memória da Educação no Brasil**. vol.1, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira – Concepções e Práticas Educativas. In: LOMBARDI, Mara Regina M. Jacomeli; SILVA, Tânia Mara T. da. (orgs). **O Público e o Privado na História da Educação Brasileira – Concepções e Práticas Educacionais**. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- HUCH, Michele.; TAMBARA, Elomar. **A Educação em Pelotas: O Entusiasmo Republicano (1889-1920)**. In: XI Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. São Leopoldo: 2005, p. 63-69.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação nº 1. São Paulo: Autores Associados, 2001. p.9-44.
- LONER, Ana Beatriz. **Construção de Classe – Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2001.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Uma Reflexão sobre o surgimento das Instituições Escolares no Brasil no Século XIX**. Revista HISTEDBR ON- LINE, n.15, setembro de 2004.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **História das Instituições Escolares e das Práticas Educativas**. Braga: Universidade do Minho, 2000.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.
- PERES, Eliane Teresinha. **Templo de Luz: os Cursos Noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)**. Porto Alegre, dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, UFRGS, agosto de 1995.
- REVERBEL, Carlos. **Um Capitão da Guarda Nacional – vida e obra de J. Simões Lopes Neto**. Caxias do Sul: Martins Livreiro, 1981.
- SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889**. Porto Alegre: EST Edições, 1993.
- TAMBARA, Elomar. **Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva, 2000.
- \_\_\_\_\_; ARRIADA, Eduardo. **Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no Período Imperial Brasileiro**. Pelotas: Seiva, 2005.